



1.20 • Conjuntura internacional

O imbróglio sírio

O CONFLITO que avassala a Síria desde março de 2011 surgiu como reação de uma população cansada de décadas de repressão política por uma minoria étnica que foi deixando agravar sucessivamente as desigualdades sociais e políticas. Era, então, uma tentativa de abrir um novo caminho para a resolução de um problema potenciado por uma economia falhada, uma ideologia desacreditada pela falta de progresso, ausência de respostas sociais ao rápido crescimento populacional, corrupção generalizada e violência brutal dos serviços de segurança. Despoletado pela “Primavera Árabe” na Tunísia e Egito, teve um breve momento em que parecia poder resolver-se com concessões à oposição, mas cedo evoluiu para o objetivo de expulsão do ditador.

Hoje, porém, é um conflito com contornos muito diferentes. Transformou-se numa guerra civil com luta pelo poder entre várias comunidades, de bases religiosas e étnicas muito distintas e com interesses divergentes, portanto sem uma solução comum de alternativa ao regime.

Passou a ter uma dimensão externa que inclui a disputa de áreas de influência, entre vizinhos e as grandes potências, ameaçando a estabilidade regional. Em termos de luta armada, é um conflito convencional, embora inclua alguma guerrilha. Centra-se numa faixa que corre de norte para sul, com cerca de 50 quilómetros de largura, incluindo os principais centros populacionais.

Ao fim de dois anos e oito meses (final de novembro de 2013), provocou cerca de 115.000 mortos, mais de dois milhões de refugiados em países vizinhos e seis milhões de deslocados e a

contagem continua sob a lógica de uma luta por “tudo ou nada”.

Entrou, entretanto, num impasse que tudo indica irá perdurar. O regime abdicou do controlo de todo o território, abandonando algumas zonas, que considera menos importantes ou mais difíceis, mas beneficia de alguns trunfos importantes. Primeiro, tem uma vantagem geográfica porque a comunidade que o apoia ocupa um terreno montanhoso, ao longo da costa, e com boas ligações entre os principais centros populacionais. Segundo, continua a poder contar com o essencial das Forças Armadas, cujos postos-chave manteve sempre entre a etnia alauita que tem dominado o país. Terceiro, tem também o apoio de importantes efetivos de milícias, quer internas, quer provenientes do exterior (Irão/Guardas Revolucionárias, Líbano/Hezbollah, etc.)

A oposição tem uma base de apoio muito mais alargada do que a do regime, mas a vantagem que isso deveria proporcionar para fazer pender a balança para o seu lado, num conflito prolongado como será este, está prejudicada por três circunstâncias adversas. Pelo facto de, nos 60 a 70% do território que controla, viver apenas 30 a 40% da população. Porque tem uma clara inferioridade em armamento, contra umas Forças Armadas que não se coíbem de usar a aviação, nem armamento pesado e, como se viu, até armas químicas. Porque se encontra dividida entre objetivos irreconciliáveis e sob motivações muito diferentes. Enquanto a maioria quer apenas pôr fim a décadas de vida sob opressão e ausência de perspectivas de melhoria, há grupos que se movem por aspirações sepa-

Alexandre Reis Rodrigues

ratistas ou autonómicas e por projetos islâmicos radicais, em que a deposição de Assad não é mais do que um passo intermédio.

No total, serão entre 100.000 e 150.000 combatentes rebeldes, mas a maioria limita-se a atuar para proteção do seu bairro/comunidade. Apenas 30.000 a 40.000 são capazes de se envolver em objetivos mais ambiciosos. Entre eles, cerca de 5.000, os mais bem treinados e disciplinados, estão ligados aos projetos islâmicos através referidos, uns apoiados pela Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos e pelo Kuwait, outros associados à Irmandade Muçulmana e apoiados pela Turquia e Qatar. No entanto, têm-se mostrado incapazes de cooperar entre si e com os que não têm propósitos de natureza religiosa.

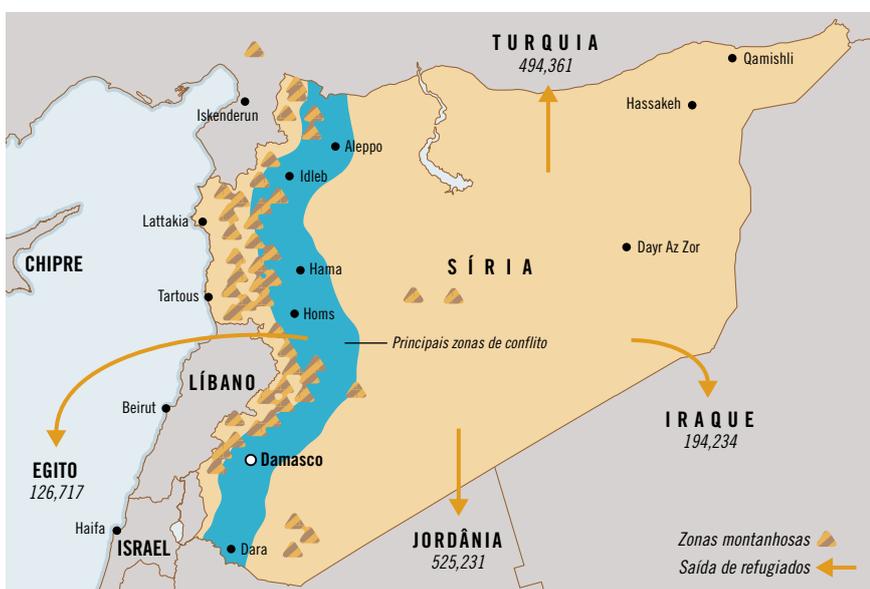
“ À medida que o tempo passa e o conflito se radicaliza vão-se reduzindo as opções disponíveis para encontrar uma solução. ”

A manter-se esta situação, o País corre o sério risco de colapso. O cenário à vista é o de um “Estado falhado”, uma espécie de “Somália do Médio Oriente”, ou seja, um possível novo santuário para a al Qaeda, fonte de instabilidade regional e risco sério de conflito internacional.

O colapso do país

Este possível desfecho pode, na prática, vir a traduzir-se na divisão do país em pelo menos três comunidades, sem qualquer perspectiva de algum dia regressarem a uma convivência pacífica, depois de terem chegado aos extremos atuais: a comunidade ligada ao regime, uma comunidade turca e uma comunidade sunita. A eventual instalação de uma facção islamita radical é uma possibilidade que à partida não se pode descartar, mas que tem contra si a rejeição da maioria da população e da comunidade internacional; é o único ponto em que convergem, quer os que apoiam, quer os que condenam o regime atual.

As minorias (alauitas, drusos, cristãos árabes, etc.) que têm apoiado e vivido à sombra do regime tenderão a manter-se unidas na mesma comunidade, sob a perceção de que estão numa luta em que a parte que ganhar não vai permitir que a outra subsista com algum poder. Ligadas pelo medo comum da maioria sunita (60 a 65%), articulam-se com base na necessidade de garantir a sua sobrevivência e conservar os privilégios de que têm beneficiado, independentemente de terem ou não outra opção.



Concentração territorial do conflito e a crise de refugiados sírios (2,1 milhões em cinco países vizinhos).

Fontes: Kenneth Pollack – “Breaking the stalemate: the military dynamics of the syrian conflict and options for limited US intervention”. UNHCR.

A comunidade turca – a maior minoria étnica, 9,5% dos 22,5 milhões de sírios – concentra-se no nordeste, na província de al Hasakah (Curdistão sírio). É uma das áreas que o regime desistiu de controlar, porque fica distante dos centros de poder e não é crítica, embora inclua zonas de exploração petrolífera. A autonomia desta comunidade, na sequência da eventual fragmentação do país é uma espécie de pesadelo para a Turquia, sob o receio de que incentive uma associação com os separatistas turcos e iraquianos, sob o projeto de uma autonomia curda. O anúncio da formação de um governo provisório para a sua região e a decisão de comparecerem na conferência de paz em Genebra com uma delegação independente deixou bem claras as suas ambições.

A comunidade sunita, com uma larga vantagem demográfica, teria o controlo das restantes zonas do país, mas o número e a diversidade de grupos armados, alguns dos quais afiliados à al Qaeda, por vezes combatendo entre si, sugere mais uma situação de caos do que de unidade de esforço. Enquanto uma maioria tende a limitar-se ao objetivo de depor Assad, os extremistas – melhor organizados, melhor armados, mais disciplinados e eficazes – seguem o projeto do movimento jihadista, incluindo o estabelecimento de um emirato onde possam governar sob os princípios jihadistas, eventualmente, para, a partir dessa plataforma, evoluir para o objetivo final de um califado¹.

As principais opções

À medida que o tempo passa e o conflito se radicaliza, vão-se reduzindo as opções disponíveis para encontrar uma solução². De início, basicamente, havia quatro linhas de ação: i) Deposição de Assad e/ou derrube do regime; ii) Contenção do conflito às fronteiras sírias para evitar contaminar vizinhos e a região; iii) Limitar a intervenção às necessidades de proteção da população; iv) Apoiar a oposição.

Depor Assad foi sempre a opção das monarquias árabes. No início do conflito, o presidente Obama também considerava que Assad teria que abandonar o poder mas, presentemente, para a Administração americana, é uma opção de que não se fala. Certamente não porque tenham deixado de a olhar como uma parte incontornável da solução do conflito, mas por considerarem que, de momento, não existe uma alternativa segura de encontrar uma saída minimamente estável e duradoura, que mantenha à distância os grupos radicais.

Conter o conflito deixou de ser possível há algum tempo. Tem, quase desde o início, um âmbito internacional que envolve não só os EUA e a Rússia, mas também o Irão, o Iraque, a Turquia e as monarquias árabes. O campo de refugiados Zaatar, na Jordânia, já é a quarta maior cidade síria (180.000 sírios). No Líbano, a intervenção do Hezbollah na Síria, em apoio de Assad, está a exacerbar as tensões internas a um ponto que tornam o país perigosamente próximo de uma guerra civil. A única forma de proteger a população seria através da colocação de uma força de interposição no

GUERRAS CIVIS

Não há forma de saber se a guerra civil na Síria vai evoluir de acordo com o padrão verificado em conflitos semelhantes, mas conhecer os estudos disponíveis nesse campo¹ ajudará a perspetivar o seu possível desenvolvimento e desfecho, mesmo tendo em conta a maior complexidade do caso sírio. Inclui, em simultâneo, os dois propósitos típicos dos rebeldes numa guerra civil: tomar conta do governo central ou escapar à sua autoridade por um processo de separatismo, ganhando autonomia para a região que querem passar a controlar.

A não haver desvios significativos de padrão na guerra civil na Síria, podemos contar com um conflito longo (sete e dez anos, contra cerca de três meses no caso de guerras entre Estados). As hipóteses estatísticas de sucesso no caso de “assalto” ao governo serão mais reduzidas do que no segundo (25% e 40%, respetivamente). Compreende-se porquê. Uma mudança de regime exige uma vitória sobre as forças que o apoiam, o que é raro estar ao alcance dos rebeldes. Pode, eventualmente, concluir-se por um acordo negociado, mas essa possibilidade será remota sem uma intervenção externa que garanta um período de transição. Não é provável que isso possa acontecer, salvo se fosse solicitada pelas partes, o que é ainda menos provável.

No segundo caso, não se põe o requisito de derrota militar do governo. Aos rebeldes basta ter forças para controlar os seus territórios, o que na Síria tem sido facilitado por falta de meios do governo para lidar globalmente com a situação. É, como se disse acima, o desfecho mais acessível aos rebeldes. Infelizmente, é também o de impacto regional mais preocupante.

¹ Fearson, James D., “Why do civil wars last so much longer than others?”, 12 July 2002, Sanford University. Fearson, James D. and Laitin, David D., “Civil war termination”, 12 September 2008, Sanford University.

terreno. No entanto, malgrado a indignação que suscita o drama a que o povo sírio tem estado sujeito, o assunto nem sequer chegou a ser debatido no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Desde o princípio que ficou claro que a Rússia vetaria sempre essa possibilidade e a disponibilidade dos EUA nunca foi além da intervenção militar “cirúrgica” que estiveram perto de fazer, na sequência dos ataques do Governo com armas químicas, a 21 de agosto. Mas mesmo esta nunca chegou a estar concebida para proteger a população. Apenas pretendia, na falta de ação útil da parte da ONU, reforçar uma importante norma internacional e punir quem a violasse para desencorajar repetições, ou seja, dissuadir outros ditadores de fazer o mesmo.

No meio de uma polémica grande que, à luz das hesitações e mudanças de orientação dos EUA sobre como responder à utilização de armas químicas, “beliscou” a imagem do presidente Obama, surge o acordo entre os EUA e a Rússia, através do qual o regime sírio concordou em eliminar o seu arsenal de armas químicas³. É um desenvolvimento a saudar, mas que não contribuiu para reduzir a conflitualidade interna.

A última opção – apoiar a oposição, incluindo o fornecimento de armas – tem o inconveniente de agudizar o conflito e faz correr o risco de se estar a ajudar projetos extremistas que a maioria rejeita. No entanto, auxilia a oposição a resistir às forças do regime, ou seja, favorece um impasse, de onde as partes não terão saída senão negociar.

O futuro

Se a situação que se vive na Síria seguir o padrão das guerras civis (ver “Guerras civis”), então teremos que contar com um conflito que pode durar à volta de uma década, com cada vez mais destruição e morte e a possibilidade de desfechos muito alarmantes, quer a nível interno, quer no âmbito regional.

Continuando fora de questão uma intervenção militar e a manter-se remota qualquer perspetiva de progresso através de conversações de paz⁴,

o que resta para contrariar a tendência atrás descrita é bastante restrito. Limitar-se-á a reforçar as três linhas de ação que têm estado a ser seguidas: sanções económicas e financeiras, ajuda à oposição, nomeadamente com armamento, e apoio às estratégias de sobrevivência da população, incluindo ajuda aos países de acolhimento de refugiados e apoio às organizações não-governamentais e grupos da diáspora que operam no terreno, auxiliando os deslocados.

Não obstante estas perspetivas sombrias, os esforços de reabilitação internacional que Teerão está a empreender, por razões de pragmatismo ligadas à necessidade de salvar a economia e ao reconhecimento de que a instabilidade na Síria e no Iraque impede a base de apoio que o seu projeto de hegemonia regional exige, podem muito bem representar uma luz ao “fundo do túnel”. Se no lugar do radicalismo que marcou os mandatos de Ahmadinejad vier uma postura regional moderada – como se espera – então o presidente Assad poderá deixar de ter de Teerão o apoio a que deve a sua manutenção no poder e terá que negociar a sua saída para se dar início a um processo de transição. Mas mesmo nesta hipótese otimista não haverá soluções rápidas nem fáceis. ■

Notas

¹ STEWART, Scott — “Goals of the Jihadists”. 14 November 2013, Stratfor.

² POLLACK, Kenneth M. — “Breaking the stalemate: the military dynamics of the Syrian conflict and options for limited U.S. intervention”. Saban Center at Brookings, Middle East memo, number 3, August 2013.

³ A Síria, a 14 de setembro de 2013, aderiu à “*Convention on the Prohibition of the development, production, stockpiling and use of chemical weapons*” e é hoje o membro número 190 da “*Organization for the prohibition of chemical weapons*”.

⁴ Os protagonistas que marcam a evolução dos acontecimentos no terreno ainda não reconhecem a inutilidade de prosseguirem a luta. Para algumas fações, negociar seria uma traição à causa dos rebeldes.